

**COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE: MOVIMENTOS SOCIAIS,
PROSAVANA E EXPANSÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL PRIVADO EM
MOÇAMBIQUE**

Farã Vaz

Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPQ/UNILAB

E-mail: vaz.fara@yahoo.com.br

Orientador: **Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo** - UNILAB

E-mail: basilele@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A cooperação técnica para o desenvolvimento na visão Sul-Sul para o continente africano é um debate atual e, no Brasil, ganhou marco nos dois mandatos de governo de Lula e a Dilma. Sendo assim, a cooperação técnica pode ser entendido na sua vida prática como aquilo que visa a melhorar a capacidade, humana e institucional, e é utilizado para transferência, adaptação e uso de habilidades, conhecimento e tecnologia (LOPES, 2005, p. 62).

Para argumentar sobre a cooperação de Brasil e Moçambique, nesse trecho de texto, não custa levar tanta argumentação sobre a história dos conceitos, o que não significa a negação histórica ou biográfica dos mesmos, mas, sim, tem a ver com busca de alcance teórico e real da problemática posta no texto. No entanto, a cooperação entre estes dois países nos interessesa, a partir de anos 2003, até o presente momento, através do seu projeto de cooperação tripartida Brasil-Japão-Moçambique.

O ProSavana fica no corredor de Nacala norte de Moçambique e tem como objetivos melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar, a partir de organização, quanto do aumento da produtividade no âmbito de agricultura familiar, na geração de excedentes exportáveis, a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio (PROSAVANA-TEC, 2011). E ainda se pode dizer que o programa é alinhado ao desenvolvimento sustentável com base nas leis do mercado: a famosa e aclamada livre concorrência do mercado.

Se o programa visa ao desenvolvimento, como um dos conceitos, é também popularizado, pelas multinacionais, como objeto de salvação (do subdesenvolvido), por via da cooperação técnica. Em primeiro lugar, compeende-se a cooperação como viés de

relação que pode ser solidária, assim como dominação, ainda mais quando está atrelada à expansão de mercado e capital internacional.

Em definição, o desenvolvimento, como um problema no contexto africano por ser conceito discursivo construído, fora do continente para realidade local, exige a sua definição contemplar ao reconhecer e levar em conta a sua utilidade com a realidade e capacidades locais.

Nesse sentido, Lopes (2005, p. 56) define “o desenvolvimento é uma totalidade”. E se for alinhado ao desenvolvimento de capacidades no sentido amplo, significa aquele que busca melhorar a *performance* de atividades relacionadas a um crescimento em todos os níveis da sociedade. Ele vai além, dizendo que é um processo cultural integrado que inclui valores como o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. Isto é, o desenvolvimento só é indógeno quando avêm do interior da sua própria sociedade, a qual define soberanamente a sua visão e a sua estratégia, e conta, primeiramente e sobretudo, com as suas forças internas e com a cooperação com a sociedade que compartilha com ela os seus problemas e aspirações.

Essa definição induz o pesquisador a dizer que o desenvolvimento seja ele, sustentável ou econômico, não deve fazer opção por câmbios das ideias ou programa advinda de outra sociedade com o intuito de subjugar todos os valores culturais locais. Assim, as suas capacidades, isto é, se houver interessados em desenvolvimentos endógenos, compartilhado com outras sociedades, não de modo como o Prodecer passou a ser Prosavana, num estalar dos dedos. Ou seja, um desenvolvimento amparado em uma visão do imperialismo de capitalismo dominante: para se só vale competição e lucro, em que o mercado passa ser o domínio e o regulador de relações sociais, assim como o produtor de desigualdades e conflitos. Se existem fomes, a primeira que deve ser combatida na África é a do conhecimento e não fome de produzir o consumismo e total dependência do mercado.

O propósito desta investigação é demonstrar as outras faces de relações solidárias de União nacional dos Camponeses de Moçambique UNAC, Justiça Ambiental, a Ação Acadêmica para o desenvolvimento das comunidades Rurais, das comissões de Justiça e Paz das Dioceses de Nampula e de Nacala, do Observatório do Meio Ambiente, Forum Terra entre outros (organizações de Moçambique) e Comissão Pastoral da Terra CPT - (do Brasil), perante a luta contra o ProSavana, bem como a violações de direitos humanos cometidas pela empresa mineira brasileira Vale do Rido Doce.

METODOLOGIA

O caminho da construção dessa pesquisa se engendra na metodologia da pesquisa qualitativa. No entanto, é caracterizado pela pesquisa dos livros, artigos acadêmicos com debates das ciências sociais e relações internacionais. Assim como também se utiliza da pesquisa documental, como pautas dos movimentos sociais; como cartas de protextos organizações da sociedade civil; como a Comissão pastoral de Terra do Brasil, União Nacional dos Camponeses em Moçambique e outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise provêm do Observatório de Meio Rural (OMR) de Moçambique sobre o ProSavana no Corredor de Nacala. Esta organização conclui que “o desenvolvimento de culturas de rendimento para exportação foi um dos tópicos de inquietações no âmbito dos objetivos de ProSavana e referenciava-se à produção de culturas de rendimento, em particular, a soja”. Aponta a falta de transparência do ProSavana nos seguintes pontos: processo de implementação pela sociedade civil, das comunidades de camponeses, ausência de explicação sobre os aspectos essenciais, como efeitos e impactos ambientais; a negligência da importância de ajustamento das políticas econômicas; as reformas e as formas de organização, coordenação, regulação do Estado que também estão pouco esclarecidos. Dentre os pontos apontados como resultado da análise de OMR, merece o acréscimo de se perceber que indica uma democracia participativa que pretende chegar ao desenvolvimento de capacidade, locais e sustentável, com o meio ambiente. Isto é, criar possibilidade de gestão participativa com líderes¹, assim como de responsabilização de comunidade camponesas no processo. Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais” apenas no nome. Na

¹ Líderes caracterizam-se por ter habilidade compromisso pessoal e a capacidade para executar ações concretas. Tanto entre as mais altas autoridades nacionais quanto aquelas de nível comunitário, os líderes são inclusivos e proativos, e garantem alocação de recursos internos adequados (LOPES; THEISOHN, 2006, p. 35).

verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas (MÉSZÁROS, 2012).

Diante das políticas de “usurpação das terras e ameaças a líderes de movimentos sociais, a dinâmica traz ao mundo outras possibilidades de relação solidárias entre povos como CPT do Brasil e UNAC em ações contra ameaças e contra ProSavana.

Nós, representantes de movimentos do campo, de organizações da sociedade civil, de sindicatos, de entidades religiosas e de outros movimentos sociais do Brasil integrantes da Campanha Internacional “Não ao ProSavana” e da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, declaramos nosso irrestrito apoio e solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) diante das ameaças e tentativas de agressões físicas que sofreram no dia 11 de janeiro de 2016. Nós temos acompanhado com muita atenção, nos últimos anos, as discussões em torno do ProSavana, bem como as violações de direitos e as irregularidades cometidas sistematicamente pela empresa brasileira Vale. Nos colocamos ativamente contrários a esse tipo de postura e comportamento. Como cidadãos brasileiros, entendemos que a cooperação entre países precisa ser orientada por princípios de solidariedade e de respeito à soberania dos povos, de modo que qualquer postura autoritária e violenta, não apenas deve ser combatida, como exterminada. A cooperação internacional, pelo seu caráter público, deve ter como fim a promoção do desenvolvimento e da justiça social, e jamais se converter num instrumento de opressão do debate público e da participação democrática ou de promoção dos interesses de empresas e investidores. E é por isso que nos posicionamos nessa carta em solidariedade aos representantes da UNAC e aproveitamos para cobrar das autoridades brasileiras envolvidas no ProSavana também o seu pronunciamento e ações imediatas de combate a atitudes autoritárias dessa natureza.

Figura 1 – Protesto da Comissão Pastoral da Terra do Brasil e União Nacional de Camponeses de Moçambique contra ProSavana



Fonte: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publica>.

Consequentemente, é oportuno continuar com a crítica e interpretação de Mézáros (2012), pois segundo este autor, o sistema do capital no seu metabolismo,

controle e expansão são formados por componentes inevitavelmente conflitantes e antagônicos, complementados sob o capitalismo pelo poder absoluto da mão invisível pelas funções compreendidas de Estado como legais. Isto é, a dinâmica de capital internacional disfarça, na livre concorrência do mercado, tido como regulador da vida social e ainda no liberalismo, as necessidades ('redução de fome e pobreza') que são a objetivação capitalista da forma como influenciam as escolhas e as perspectivas expansionistas do mercado.

CONCLUSÕES

A outra face de cooperação de Brasil e Moçambique é as dessas organizações contra as megaprojetos de transnacionais em Moçambique, com o resultado de análise de OMR que tem muito significado no processo de consolidação de Prosavana em Moçambique. Sabe-se que a dominação de capital imperialista por meio de multinacionais não pode ser definido com os camponeses por meio de livre concorrência do mercado, a não ser um desenvolvimento que visa à dominação e à concentração de riquezas.

Para Mészáros (2012), a história do imperialismo mostra três fases distintas. O primeiro, imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criados pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo. Segunda fase do imperialismo para ele seria a 'distributivista' antagonicamente contestado pelas principais potências, em favor de suas empresas quase monopolistas. E terceira e última fase do imperialismo é entendido como imperialismo global hegemônico. É preciso as ONGs participarem. Entre as fases do imperialismo apontado por István Mészáros, não há limite à busca de interpretação da atual característica das empresas chamadas transacionais ou por um termo mais comum de multinacionais, em sua nova dinâmica entre Brasil e África. Mas também vale ressaltar sobre essa dinâmica imperialista de transacionais; a relação cooperativa do Brasil e África: Sul-Sul não está longe disso.

REFERÊNCIAS

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio.** São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição;** tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo Boitempo, 2011.

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES DE MOÇAMBIQUE. Ativista da União nacional de Camponeses de Moçambique sofrem tentativas de agressão durante reunião do projeto de ProSavana. UMA. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/de-agressao-durante-reuniao-do-projeto-prosavana>> Acessado em 13 de Jan. de 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Organização do Brasil manifestam solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses de Moçambique diante das ameaças e agressões físicas / Comissão Pastoral da Terra - CPT. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/pt-s-do-cerrado/3079-sicas>> Acessado em: 19 de Jun. de 2016.